

Voto pela Mudança

Carlos Cardoso

Se é verdade que a questão da etnicidade pesou nos resultados das eleições de Novembro na Guiné-Bissau, também é certo que o que deu a vitória a Kumba Yalá foi o desejo de um país multi-étnico de romper com o passado e partir para o futuro.

À semelhança do que aconteceu nas primeiras eleições multipartidárias de 1994, foi um escrutínio que decorreu sob o signo da mudança, reflectido, entre outros factos, no grande número de candidaturas apresentadas tanto às legislativas (13) como às presidenciais (12). Esta multiplicidade de candidatos foi, sem dúvida, um dos traços marcantes que não passou despercebido aos olhos do observador, num país de pouco mais de um milhão de habitantes e considerado pelas Nações Unidas como um dos mais subdesenvolvidos do planeta. Mas para lá desta pluralidade de candidaturas, importa olhar para o significado profundo desta constelação numa conjuntura social em que a agenda política é dominada pelo imperativo da mudança.

Nestas eleições, os partidos da oposição optaram por se apresentar completamente divididos, disputando entre si o poder de Estado e exibindo programas políticos que, para além de serem pouco consistentes e convincentes, em pouco ou nada diferiam um do outro. Uma observação atenta revela-nos que esta identidade de programas e/ou de projectos, mais do que a unicidade de perspectivas, reflectia uma insuficiência política e técnica para a formulação de programas alternativos e, sobretudo, a inconsistência dos pressupostos em que se baseiam estas formações políticas apelidadas de partido. Por isso, a incapacidade de a oposição se unir à volta de uma alternativa credível não se deveu tanto às diferenças de religião, etnia ou região, mas à ausência de uma figura com carisma e legitimidade suficientes para o fazer.

A única excepção em termos de aliança eleitoral constituíram o PCD (Partido da Convergência Democrática) e a FD (Frente Democrática). Ambos de fraca expressão social e conscientes das suas limitações em termos de captação de votos, estas duas formações parecem ter reconhecido a sua fraqueza perante os outros "adversários" da oposição, mas a sua plataforma de entendimento acabou por se transformar mais numa estratégia de chegar ao poder do que provocar uma mudança.

Os partidos da oposição com maior assento parlamentar no mandato cessante, nomeadamente a RGB-Movimento Bafatá, o PRS (Partido da Renovação Social) e a UM (União para a Mudança), decidiram concorrer independentemente um do outro. No entanto, os seus programas eleitorais não eram muito diferentes e todos eram favoráveis a um governo de unidade nacional, susceptível de sarar a ferida da guerra, consolidar a paz e reconciliar os guineenses.

E não parecia difícil unir os partidos da oposição, uma vez que os traumas da guerra e as reminiscências de um passado caracterizado pela repressão política e injustiça social estavam ainda bastante presentes no espírito dos guineenses. De facto, o desafio não consistia tanto na substituição do PAIGC, uma vez que as crises internas, a usura de mais de 20 anos de exercício de poder e a consequente crise

de legitimidade tornavam pouco provável a sua vitória. Por outro lado, ao pôr a nu as suas contradições internas e as vicissitudes que caracterizavam o seu poder, a guerra de Junho de 1998 a Maio de 1999 serviu de catalisador ao processo de destituição do PAIGC. Por isso, a diabolização deste partido, as promessas de um engajamento a favor da justiça e da reconciliação nacional dominou o discurso da oposição. Para os adversários do PAIGC a questão que se colocava era, portanto, a margem que ele ia perder e, sobretudo, que tipo de vencedor se apresentaria à sua frente, mesmo se quase todos tinham pouco claro as razões por que decidiram candidatar-se, inclusive aquele que se apresentava como o maior favorito às eleições presidenciais. Com efeito, salvo raras excepções, os manifestos eleitorais dos candidatos pecavam por lacunas graves, falta de clareza e de coerência. Este facto não deixou de alimentar no PAIGC alguma esperança na vitória e induziu-o a aproveitar-se destas lacunas para, nos debates públicos, acusar a alguns destes partidos de prática de tribalismo.

Estando proibida pela Constituição da República a formação de partidos na base étnica, pode-se dizer que, de facto, antes da corrida eleitoral não se vislumbrava em nenhum dos programas das formações políticas um discurso etnicista. Porém, a julgar pelos resultados globais, pode-se inferir da tendência à etnicização dos votos, embora também seja necessário advertir que ela não foi a única responsável pela configuração dos resultados. Contrariamente ao que muita gente pensa, em África não são somente os factores étnicos que fundamentam as solidariedades e determinam as alianças e o sentido do voto. Embora a etnicidade continue a ser uma realidade incontornável neste continente, é preciso não negligenciar as outras dimensões que acabam por ter um papel não menos importante na decisão dos eleitores, tais como a popularidade do candidato, a coerência e/ou consistência do seu programa político, o seu discurso ideológico, bem como os meios susceptíveis de serem instrumentalizados.

Assim, o candidato mais votado na primeira volta, Kumba Yala, pertencente à etnia Balanta, conseguiu fazer um bom *score* em áreas relativamente "neutras" ou de maior miscigenação étnica, como no SAB (Sector Autónomo de Bissau), conseguindo arrecadar 46.380 votos contra dois adversários da mesma etnia que, respectivamente, conseguiram mobilizar 7.789 e 843 votos, enquanto que Malam B. Sanhá, de etnia Beafada, conseguiu um total de 16.981 votos.

Na segunda volta das eleições presidenciais os eleitores parecem ter decidido claramente pela mudança, sem olhar à etnia do candidato. Disputada entre dois candidatos, Malam B. Sanhá, simbolizando o passado, e Kumba Yala, representando a mudança, a segunda volta das presidenciais conseguiu cristalizar o grande desafio que se coloca à vida política guineense na actualidade: a escolha entre a continuidade (o passado) e a ruptura (o futuro).

Os resultados definitivos acabaram por apontar este último como Presidente da República, tendo suplantado o seu rival em todas as nove regiões, inclusive na região natal deste, Quínara, e também nas duas regiões de maioria muçulmana, designadamente Bafatá e Gabú. O presidente do PRS obteve 72% dos votos, enquanto Malam B. Sanhá conseguiu contar com apenas 28%. Para esta vitória terá igualmente contribuído a indicação de voto dos outros candidatos à primeira volta que, desta vez, decidiram unir em torno do candidato da mudança.

Contudo, a tendência de etnicização acima referida tornou-se visível sobretudo na primeira volta das eleições presidenciais. Indubitavelmente, foi nas regiões de predominância balanta onde Kumba Yala fez os seus melhores resultados, nomeadamente na região de Oio, onde, num total de 60.389 votos válidos, obteve 33.510, enquanto que o seu principal rival obteve apenas 17.181. Em Tombali, região de emigração balanta recente, o número de votos arrecadados por Kumba

Yala ascendia aos 12.280, enquanto que o seu principal rival conquistou apenas 6.596. Do mesmo modo, alguns candidatos pertencentes a outras etnias registaram as suas melhores quotas nas regiões de origem, como foi o caso do médico papel João T. Sá no Sector Autónomo de Bissau e na região de Biombo.

Perante os resultados destas eleições, pode-se dizer que a velha facção da elite política guineense, "os veteranos", teimaram em manter-se no poder e, tudo indica que apesar de os ventos da mudança estarem a soprar com algum vigor, as forças do passado teimam em resistir. Assim, o candidato do PAIGC teve que concorrer contra mais de dois terços de candidatos pertencentes à nova classe política. Mesmo assim, conseguiu arrebatrar cerca de um quarto dos votos, contra cerca de um terço do seu principal rival, também este representante da nova geração de políticos. Nas legislativas, o PAIGC conseguiu eleger 24 deputados, tendo sido um dos três partidos mais votados.

As últimas evoluções num conjunto de países africanos revelam aliás que as elites actualmente no poder, e por vezes os militares que nele participam ou dele tiram proveito, não compreenderam os desafios que se colocam e não querem aceitar o princípio de competição democrática e de alternância. Estas elites utilizam todos os meios à sua disposição para se manterem no poder, quer contraindo novas alianças, quer utilizando meios ilícitos. A fim de pôr termo a estas irregularidades e fazer vingar um projecto novo para a África, torna-se indispensável o dinamismo de novos actores sociais, quer estejam eles organizados sob a forma da "sociedade civil" ou não. As teorias relativas à luta pelo poder ensinam-nos que não se pode deixar aos políticos, sejam eles da velha ou da nova geração, a liberdade de enveredar por um caminho de ruptura. Não há nenhuma garantia que a nova classe política, por instinto ou racionalidades próprios, assim venha a proceder. Para que esta ruptura com o passado aconteça e para que tenhamos um novo modo de fazer política, torna-se necessário que a sociedade no seu todo e cada cidadão em particular exerçam uma pressão constante sobre a classe política, no sentido de conquistar uma nova cidadania e de fazer com que o espaço da política e, sobretudo, das decisões políticas, seja mantido aberto ao cidadão comum.